



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

TOMADA DE PREÇOS nº 02/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a modernização, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, de elevadores dos edifícios do TRT3

IMPUGNANTE: TK Elevadores Brasil Ltda

1. RELATÓRIO

TK Elevadores Brasil Ltda, CNPJ 90.347.840/0007-03, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, requerendo a revisão de cláusulas diversas do instrumento convocatório, sobretudo no que tange à subcontratação, garantia contratual, fornecimento e reposição de peças, dosimetria das penalidades impostas no caso de inexecução contratual, omissão quanto à admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz, fornecimento de licença vitalícia de softwares e informações para edição e parâmetros, e ainda, no que se refere a questões de natureza técnica.

A Secretaria de Gestão Predial, unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestarou-se acerca das alegações da impugnante.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

O §1º do art. 41 da Lei 8.666/93, regente da presente licitação, dispõe que “*qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação*”.

No presente caso, a abertura dos envelopes foi designada para o dia 09/12/2021, às 09h00, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia 02/12/2021, às 18:29hs, sendo, portanto, intempestiva, já que no dia 08/12/2021 é feriado e não haverá expediente neste Regional.

No entanto, em atenção ao direito de petição, disposto art. 5º, XXXIV da Constituição Federal, a impugnação ofertada será recebida e devidamente analisada.

3. MÉRITO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

3.1 Da Subcontratação

A impugnante alega que, de conformidade com o item 9 do Termo de Referência, não será admitida a subcontratação do serviço de montagem/instalação, e afirma que *“é de suma importância a admissão de subcontratação de instalação no certame”, “na medida em que as empresas fabricantes de elevadores não têm como objeto a realização de obras de alvenaria ou civis ou elétricas, mas sim a metalurgia, especialidade metal mecânica”*.

Segundo a impugnante, *“é usual que as licitações com objeto similar admitam a subcontratação de instalação/montagem, eis que sem essa providência serão afastados do certame os principais fabricantes”*.

Pugna pela revisão do edital, neste aspecto.

A este respeito, a Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade demandante e gestora do contrato, assim se manifestou:

“No item de subcontratação no projeto básico (item 9), destacamos alguns serviços apenas como exemplo, portanto item não exaustivo, como na redação abaixo:

9. Será permitida a subcontratação apenas de serviços técnicos cuja especialização não esteja diretamente ligada às empresas de fabricação, instalação e manutenção de elevadores, como, por exemplo, serviços de obras civis, usinagem, etc. Tais serviços, geralmente, são executados por empresas especializadas em cada uma das atividades como são o caso de usinagens, acabamento superficial e programação do controle de tráfego e, portanto, há a necessidade de se subcontratar alguns serviços.

É impraticável que sejam listadas todas as atividades que poderão ser subcontratadas, visto a complexidade do objeto. Dessa forma, rejeita-se a impugnação apresentada”.

Portanto, no que respeita à questão da subcontratação, não há nenhuma alteração a ser feita.

3.2 Da garantia contratual

A impugnante contesta, ainda, o prazo estipulado no edital para a apresentação da garantia.

Conforme consta do item 16.1 do Termo de Referência, *“a contratada deverá prestar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

global do contrato, nas modalidades previstas no art. 56 da lei nº 8666/93 em até 20 (vinte) dias corridos após início dos trabalhos”.

Segundo a impugnante, tal prazo mostra-se inexecutável a depender da modalidade escolhida pela licitante vencedora, sobretudo quando se tratar de seguro-garantia, forma mais utilizada pelas empresas, uma vez que “a contratada dependerá da assinatura do contrato para encaminhamento da garantia junto à seguradora” e que “o contrato assinado é, muitas vezes, condição para obtenção da respectiva garantia”.

Requer a alteração do prazo para 30 dias, por entender ser mais razoável.

Em respeito a esta alegação, a SEGPRESS assim se manifestou:

*“A apresentação da Garantia Contratual deve ser em até 20(vinte) dias corridos após o início dos trabalhos. Dessa forma, não é exigida garantia contratual antes da contratação. Conforme nossa larga experiência, considerando todos os contratos sob gestão desta área técnica, consideramos que o prazo é o suficiente para a apresentação do seguro em qualquer modalidade. **Rejeita-se o pedido de impugnação deste item**”.*

Como se vê, a unidade técnica considera razoável e factível a apresentação da garantia contratual no prazo estipulado no edital, haja vista que o início de sua contagem se inicia após o início dos trabalhos e em momento posterior à assinatura do contrato, não sendo exigida a garantia antes da contratação.

Assim, mantém-se o prazo estipulado para a apresentação da garantia.

3.3 Do fornecimento e reposição de peças para restabelecimento do funcionamento do elevador

TK Elevadores Brasil Ltda requer também a alteração do edital no que tange ao prazo máximo para conserto dos equipamentos, que segundo o item 4.2 do Anexo II do Termo de Referência, “*deverão ser realizados em até 3 (três) horas, a partir do chamado, quando realizados em dias úteis até as 17:00 horas. Para chamados corretivos realizados nos feriados, finais de semana ou após as 17:00 horas dos dias úteis deverão ser atendidos até as 10:00h do dia útil subsequente*”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Tal prazo é considerado exíguo pela impugnante, que alega que “(...) *nem todos os componentes possuem condições de pronta reposição. Assim se tornando inviável a reposição no prazo fixado pelo edital para todos os componentes*”.

Assim, solicita dilação do prazo para 72 (setenta e duas horas), bem como seja admitida a reposição de determinados componentes em período superior, mediante justificativa técnica.

No que se refere a este tópico, a SEGPRESS asseverou o seguinte:

“Claro que eventuais indisponibilidades de alguns componentes podem ocorrer. Diante disso, o mesmo item do Edital (4.7) permite que os prazos sejam revistos pela FISCALIZAÇÃO, basta que a contratada apresente as justificativas fundamentadas com a previsão do prazo para reposição e solicite a prorrogação do prazo para reposição de determinado componente.

A justificativa será analisada pela fiscalização e, sendo fundamentada, será acatada.

Rejeita-se o pedido de impugnação deste item”.

Desta forma, o edital já prevê a possibilidade de dilação do prazo para reposição de peças, mediante justificativa técnica fundamentada e acatada pela fiscalização, não havendo que se falar na alteração do instrumento convocatório, neste ponto.

3.4 Das multas contratuais – Dosimetria nos percentuais

A impugnante discorda também das multas estipuladas nos instrumento convocatório, de até 20%, calculados sobre o valor total do contrato).

Aduz que, “*considerando que o valor estimado da contratação é de R\$ 1.643.887,00 (Um milhão seiscentos e quarenta e três oitocentos e oitenta e sete reais), usar esse valor global como referência para a aplicação de multas de mora se mostra atentatório aos basilares princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que o percentual aplicado sobre o valor total do contrato é excessivo e altamente oneroso frente a tipificação definida no contrato*”.

Pleiteia a alteração do edital, no sentido de fixar como patamar máximo, multa de 10% sobre o valor da parcela inadimplida.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Relativamente ao tema, a SEGPRES justicou a necessidade de manutenção das multas nos citados patamares, pontuando que:

“[...] uma vez iniciados os serviços de modernização com determinada fabricante, este deve ser conduzido até o final e, em um eventual abandono das obras iniciadas por determinada fabricante, traria enormes prejuízos para este Regional, visto que as modernizações parcialmente realizadas seriam quase que na totalidade perdidas e não poderiam ser continuadas por outra fabricante por terem componentes e tecnologias empregadas que são de domínio de cada fabricante e que não se “comunicam”.

Ademais, a penalização será sopesada de acordo com o caso, podendo ser aplicada em percentual até aquele especificado, podendo portanto ser inferior”.

Com efeito, o subitem 21.1 do edital estipula que:

*“21.1. A Administração poderá, garantida ampla e prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, **segundo a extensão da falta cometida**, as seguintes penalidades.*

[...]

*II. Multa por inexecução parcial do contrato de **até 15%** (quinze por cento), aplicável nos atrasos superiores a 30(trinta) dias, com incidência sobre as mesmas referências de valores mencionadas no subitem I do item 21.1.*

*III. Multa por inexecução contratual parcial de **até 15%** (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, vigente à época da aplicação da penalidade, de onde tenha originado a sanção (manutenção ou modernização), conforme a gravidade da infração, cabível nas demais hipóteses de inexecução contratual.*

*IV. Multa de **até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total dos contratos (manutenção e/ou modernização), vigente à época da aplicação da penalidade, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão”.*
- grifamos

Deste modo, não há que se falar na alteração do edital, no que concerne à dosimetria das penalidades e multas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

3.5 Da omissão quanto à admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz

Alega a impugnante que “o ato convocatório não dispôs sobre a possibilidade ou vedação de faturamento da venda de materiais através de CNPJ da matriz, mesmo quando da participação de filial da empresa no certame”.

Esclarece que, “embora o serviço seja prestado pela filial, quem efetivamente fabricará os equipamentos é a matriz, de sorte que não há razão para que haja impedimento de faturamento da nota fiscal emitida pela matriz quando a filial contratou com o órgão público em questão”.

Argumenta que matriz e filial são estabelecimentos da mesma pessoa jurídica e cita decisões do TCU no sentido de que “tanto a matriz, quanto a filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica” (Acórdão 3056/2005 – Plenário) e de que “não obstante, pode ser admitida a entrega de bens por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos” (Acórdão 1923/2003 – Primeira Câmara).

Tal argumento não procede, uma vez que o edital, em seus itens 6.4 e 6.5, prevê a possibilidade de faturamento, tanto pela matriz, quanto pela filial, senão vejamos:

“6.4- As empresas que tiverem mais de um estabelecimento (matriz e filiais) poderão executar o contrato por estabelecimento diverso daquele que participou da fase de lances. Neste caso, no momento da habilitação deverá ser apresentada toda a documentação de habilitação dos estabelecimentos que executarão o ajuste (matriz e filiais)”.

“6.5-Caso ocorra, na fase de execução contratual, fato superveniente que justifique a troca do estabelecimento que entregará o objeto, a alteração poderá ser efetuada desde que se mantenha a regularidade habilitatória, pela apresentação dos documentos referentes à regularidade fiscal do novo estabelecimento, devendo as notas fiscais serem emitidas em nome deste último”. - grifamos

A impugnante aduz, ainda, que, “do ponto de vista licitatório, o art. 29 da Lei 8.666/93 possibilita ao participante da licitação que comprove a regularidade fiscal com **documento do domicílio ou da sede**. Portanto, cabe à proponente a alternativa na apresentação de um ou outro, ou seja, tem a licitante a prerrogativa, autorizada em lei, de apresentar **documentação da sua filial ou da matriz**”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Sem razão a licitante também neste ponto. Vejamos o que diz a jurisprudência do TCU:

“3. Não obstante, pode ser admitida a entrega de bens por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos, desde que:

a – a empresa participante da licitação, na situação de líder, comprove, documentalmente, estar em condições de assumir os compromissos em nome dos demais, inclusive para assinar os respectivos contratos;

b – as filiais/matriz envolvidas estejam habilitadas no SICAF;

c – constem dos contratos os quantitativos a serem fornecidos por cada filial/matriz, conforme o objeto adjudicado a cada um, e mediante notas de empenho específicas”. (Acórdão TCU 1923/2003 - 1ª Câmara) - grifamos

“14. Acrescente-se que, se a matriz participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Ao contrário, se a filial é que participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu próprio CNPJ.

[...]

20. Pelo exposto, tanto a matriz, quanto à filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar a cumprimento dos requisitos de habilitação”. (Acórdão TCU 3056/2008 – PLENÁRIO) – grifamos

*“Convém destacar que, no âmbito de qualquer licitação pública, a fase de habilitação implica apurar a idoneidade e a capacitação de um licitante para contratar com a Administração Pública. Essa apuração é realizada com base na documentação apresentada pela empresa que efetivamente irá executar o objeto licitado. **Isso implica dizer que, se uma determinada empresa é organizada sob a forma de uma matriz e diversas filiais, existe uma regra de apresentação da documentação de habilitação. Se for a própria matriz quem irá executar o objeto licitado, toda a documentação de habilitação a ser apresentada deverá ser expedida em nome da matriz. Por outro lado, se for uma das filiais quem irá efetivamente se obrigar perante a Administração, toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada em nome dessa filial.** Esse entendimento está presente no Relatório e Voto dos Acórdãos 1923/2003 - TCU - 1ª Câmara e 652/2007 - TCU - Plenário”.* (Acórdão TCU 3442/2013 – Plenário) – grifamos



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Como se vê, há uma convergência na jurisprudência, no sentido da possibilidade de faturamento, tanto com base no CNPJ da matriz, quanto no da filial.

Parece também ser pacífico o entendimento de que pode ser admitida a entrega de bens ou a prestação de serviços por filial/matriz, quando essa condição estiver prevista nos atos convocatórios e nos contratos, *“desde que as filiais/matriz envolvidas estejam habilitadas no SICAF”*.

A Portaria nº 11/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Manual do Usuário do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no que se refere ao cadastramento das empresas no portal, já dispunha que as filiais das empresas que possuírem domicílio fiscal próprio, isto é, emitirem Nota Fiscal de venda de material/serviço, farão seu **CADASTRAMENTO independentemente da matriz** (Acórdão TCU 1923/2003 - 1ª Câmara).

Os acórdãos acima citados são assentes no sentido de que *“se for a própria matriz quem irá executar o objeto lícitado, **toda a documentação de habilitação** a ser apresentada deverá ser expedida em nome da matriz. Por outro lado, se for uma das filiais quem irá efetivamente se obrigar perante a Administração, toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada em nome dessa filial”*, de onde se depreende que, se parte do objeto será prestado/fornecido pela matriz e outra parte por uma de suas filiais, toda a documentação de habilitação deve ser expedida e apresentada em nome destes dois estabelecimentos da empresa.

Entretanto, é sabido que alguns documentos são comuns entre a matriz e as filiais, como a habilitação jurídica (contrato ou estatuto social), regularidade fiscal federal (certidão de débitos emitida pelo site da Receita Federal), regularidade trabalhista (CNDT), qualificação econômica/financeira (Certidão de Falência e Recuperação Judicial e Balanço Patrimonial Consolidado) e qualificação técnica (atestados, etc).

Outros, como o comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, podem ou não ser centralizados em nome da matriz.

E outros, como comprovante de regularidade junto ao SICAF, CNPJ e certidões de regularidade junto aos Estados e Municípios devem ser emitidos separadamente em nome da matriz e respectiva filial.

Ressalte-se que o edital da TP 02/2021 não contempla a exigência de comprovação de regularidade fiscal no âmbito dos Estados e Municípios, sendo tal documentação dispensável na presente licitação.

Especificamente no que se refere à qualificação técnica, vale a pena destacar texto da Consultoria Zênite, especializada em licitações:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

*“Aquele que participa de licitações deve trazer, para fins habilitatórios, os documentos pertinentes a sua situação jurídica, fiscal, econômico-financeira, **técnica** e referente ao trabalho de menor (art. 27 da Lei). Entretanto, no caso de empresas que possuem **filiais**, essa regra precisa ser adaptada, pois embora se esteja diante de uma única pessoa jurídica, **matriz e filiais** são consideradas, para certos fins, estabelecimentos diversos. Assim, existem documentos que surtem efeitos idênticos e únicos para todas e outros que dizem respeito a cada uma delas, separadamente. Somente os primeiros podem ser apresentados nos certames indistintamente, por uma e por outra. E é o que ocorre com os documentos relativos à demonstração da **qualificação técnica**.*

Sua exigência tem o escopo de aferir se o licitante detém “domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado”.¹ O atestado de experiência anterior, em particular, permite presumir que, por ter ele executado objeto similar ao pretendido, cumprirá satisfatoriamente o futuro contrato.

*A criação de **filiais** não faz surgir novas pessoas jurídicas, apenas descentraliza a atividade da empresa, objetivando sua atuação em várias localidades. Embora tenham elas autonomia suficiente para viabilizar seu funcionamento, estão atreladas entre si e, principalmente, à **matriz**. Pode-se dizer, então, que **matriz e filiais** são partes componentes de um todo, que é a pessoa jurídica.*

***Assim, não há que se falar em capacidade **técnica** da **matriz** ou da **filial**, isoladamente consideradas. Quem detém ou não a **devida qualificação** é a pessoa jurídica, não apenas uma parte dela. O corpo técnico pertence à pessoa jurídica, que pode dele dispor livremente, alocando-o conforme lhe for mais conveniente, na **matriz** ou em qualquer **filial**. Conseqüentemente, a experiência em relação a objetos realizados é da pessoa jurídica, independentemente de qual de seus estabelecimentos os tenha **materialmente executado**”.**(Zênite – Perguntas e Respostas – 880/104/OUT/2002)*

Quanto às declarações exigidas no edital, seguindo a mesma linha de raciocínio, considerando que matriz e filial integram a mesma pessoa jurídica, desnecessária também se faz a apresentação de dois documentos, podendo ser apresentado um só, que valerá tanto para a matriz quanto para a filial.

Ante o exposto, a exigência constante do edital de que, “no momento da habilitação deverá ser apresentada toda a documentação de habilitação dos estabelecimentos que executarão o ajuste (matriz e filiais)”, é legal, está de acordo com a jurisprudência do TCU e não atenta contra o princípio da isonomia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Assim, a licitante que pretender faturar por diferentes estabelecimentos, deverá trazer toda a documentação referente a tais estabelecimentos, levando em conta que parte dos documentos, mesmo estando em nome da matriz, valerá também para a habilitação da filial.

3.6 Fornecimento de licença vitalícia de softwares e informações para edição de parâmetros

A Impugnante alega que a exigência constante da Cláusula Primeira do Contrato, de entrega, pela licitante contratada, de softwares com todas as senhas necessárias a operação, inclusive edição de parâmetros, é inviável, não podendo ser atendida na forma exigida pelo edital, uma vez que *“não há como disponibilizar todos os blocos lógicos dos softwares, de forma aberta, para acompanhamento em tempo real, passo a passo, de toda a sequência lógica de funcionamento”,* já que *“os softwares se tratam de patrimônio intelectual, um ativo da empresa, servindo-lhe como um diferencial de inteligência estratégica”,* e *“ao cabo do contrato, no caso de a empresa deixar de dar continuidade aos serviços, os softwares não podem permanecer de forma aberta e disponível para este órgão, como toda a sequência lógica em aberto, por razões de direito e políticas de segurança”.*

Quanto a este ponto a SEGPRES reforçou o seguinte:

“O equipamento a ser instalado será de propriedade deste Regional e dessa forma devem ser dadas todas as condições e informações necessárias para que as manutenções sejam realizadas por qualquer empresa habilitada a atuar no ramo.

Caso o acesso às configurações de funcionamento e de manutenção sejam bloqueadas, apenas a empresa responsável pela modernização é quem teria condições de prestar o serviço de manutenção nos equipamentos. Tal prática é ilegal, como é o caso do bloqueio, por senha, dos Módulos Controladores e que impede o acesso de empresas terceiras aos parâmetros de funcionamento e manutenção dos elevadores.

O disposto em edital exige a liberação de todos os parâmetros necessários e suficientes para realizar as programações dos equipamentos e realizar as manutenções. O disposto não exige que o código fonte / blocos lógicos necessários ao funcionamento dos elevadores seja fornecido à CONTRATANTE e, sendo assim, não há exigência que comprometa o patrimônio intelectual da CONTRATADA.

Rejeita-se o pedido de impugnação deste item.”

Sem razão, portanto, a Impugnante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

3.7 Da responsabilidade pelas obras civis

Por fim, a impugnante solicita esclarecimentos quanto à responsabilidade das partes acerca da execução de obra civil, na presente contratação.

A SEGRE prestou o seguinte esclarecimento:

“A vistoria técnica obrigatória teve como objetivo o conhecimento, por parte da licitante, de todas as condições exigidas no projeto básico. Além de especificada no Projeto Básico, tal informação foi repassada para todos os responsáveis que realizaram a vistoria.

Replicamos a seguir o disposto no item 2.1 do projeto básico:

2.1. A CONTRATADA se responsabilizará por realizar toda a infraestrutura prevista na modernização dos elevadores, inclusive civil, mecânica e elétrica, etc.

Ainda no item 9.2, subitem “a” do Projeto Básico que trata das portas de pavimento.

Fornecimento e instalação, para cada elevador, de novos conjuntos (folhas, fechos eletromecânicos, suportes, roletes, cabos, suportes, etc.) de portas de pavimento (abertura de acordo com a configuração atual). As portas e fixações atualmente instaladas deverão ser removidas e novas estruturas e portas serem assentadas, sendo toda a intervenção na parte civil de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive o assentamento de novos marcos, soleiras, alizares e rodapés em granito e pintura nas paredes onde estão localizadas as entradas dos elevadores, de forma a uniformizar a parede onde se encontram as entradas dos elevadores. As dimensões dos rodapés, alizares e marco devem respeitar, ao máximo, as dimensões atualmente existentes e, a tinta utilizada para pintar as paredes deve ser em tom igual ao atualmente utilizado. As portas, em todos os pavimentos, devem ser confeccionadas em aço inoxidável, com classificação AISI.

Dessa forma, fica esclarecido o questionamento.”

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a Presidente da Comissão de Licitação receber e conhecer da impugnação oferecida por *TK Elevadores Brasil Ltda* e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra, levando em consideração também os termos do parecer emitido pela unidade técnica, o qual adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2021.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Presidente da Comissão de Licitação